

Resistência no acampamento da Telebrasília

Pioneiros da construção de Brasília ainda vivem em barracos de madeira e brigam na justiça para permanecer à beira do lago

Cristina Ávila
Da equipe do Correio

O destino do Acampamento da Telebrasília, localizado no final da Asa Sul, novamente será discutido pela Justiça durante esta semana. Na quinta-feira, o juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública, Luís Eduardo Arima, vai realizar uma audiência de instrução, para ouvir os argumentos do Ministério Público, que quer a retirada de 350 barracos do local. Os moradores estão dispostos a resistir. Eles não querem deixar a beira do lago Paranoá, onde alguns estão há quase 40 anos. A Justiça também vai ouvir o Governo do Distrito Federal, que apóia a permanência das moradias.

"Vou morrer aqui. Não garanto que vou construir uma casa de alvenaria, mas vou continuar morando no meu barraco", enfatiza Aline Silva, 63 anos. Irritada, ela aponta o pai, Athanásio Teixeira da Mata, que descansa seus 91 anos em uma rede na sala, sem saber o que está acontecendo. Com toda a família, ele veio para Brasília no período de construção da nova capital.

As famílias pioneiras têm a seu favor o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF) e o Instituto de Desenvolvimento Habitacional de Brasília (Idhab), que estão fazendo estudos para urbanização da área.

Mas na última sexta-feira, o juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública, Luís Eduardo Arima, recomendou que todas as obras planejadas para o Acampamento sejam suspensas. A diretora de Planejamento do Idhab, Tássia Regino, disse que a recomendação do juiz está sendo obedecida. "Temos convicção sobre a legalidade de nosso projeto, esperamos que o Iphan e o Ministério Público reconheçam nossos argumentos", aposta a diretora.

Os moradores nunca tiveram a certeza sobre a possibilidade de ficar na terra. E, por isso, apesar de tantos anos no local, ainda moram em barracos feitos de madeira. "Eu não tenho direito de construir.

Não aguento mais viver assim. Estou arriscando a vida, com esse barraco quase caindo na minha cabeça", ressalta Maria Machado Meirelles, 65 anos, outra pioneira, que resiste no Acampamento.

A advogada da Associação dos Moradores do Acampamento da Telebrasília, Nishlei de Mello, afirma que possivelmente hoje o juiz Luís Arima receba da entidade um pedido para que a comunidade faça parte da ação que tramita na 8ª Vara da Fazenda Pública. "Até agora, não se está discutindo o direito de moradia. Apesar de reconhecer que os moradores estão aqui desde 1956, o Ministério Público está discutindo apenas o tombamento de Brasília." Ela afirma que apenas os órgãos públicos são parte da ação.

A advogada ressalta que Brasília foi tombada em 1990 e os moradores estão morando no local desde muitos anos antes. "O tombamento não pode querer destruir algo que o precede", argumenta Nishlei de Mello.

O coordenador da Comissão Especial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de Brasília, Marco Antônio Galvão, também é contrário à permanência dos barracos na beira do lago. Reconhece "o direito de moradia digna" das pessoas. Mas considera que o Acampamento não tem características arquitetônicas históricas. "E mesmo que tivesse, ali é área destinada a lazer e esporte." Ele diz que o Iphan já sugeriu ao governo que construa um bloco de apartamentos nas quadras SQN 413 e SQN 414. "O governo pode analisar várias alternativas."

Hoje, quase quatro décadas depois de chegar no Distrito Federal, Francelina Maria da Silva, 85 anos, teme que os moradores sejam despejados. Ela teve 19 filhos, 16 vivos. Vieram do Rio Grande do Norte, de Jardim de Siridó. Com 60 netos e 77 bisnetos, ela também promete resistir. "Só saio daqui quando Deus me tirar. Nós temos direito. Eu cheguei aqui, bem dizer, antes de Brasília."



Alina Silva e Francisco de Assis são dois dos pioneiros que chegaram a Brasília na época da construção da cidade

Demarcação de rua já começou

As ruas do Acampamento da Telebrasília começaram a ser demarcadas no final de agosto, sob a orientação do Idhab. O trabalho do governo não levou em conta a recomendação da promotora do Ministério Público Eunice Amorim, que em junho advertiu o governo que não fizesse a urbanização, alegando que feria a lei de tombamento de Brasília e traria danos ambientais. No último dia 19, ela entrou com uma ação civil pública, na 8ª Vara de Fazenda Pública. O local onde moram cerca de 350 famílias é vizinho à Área de Relevante Interesse Ambiental do Riacho Fundo, próximo ao setor de Embaixadas. Os moradores alegam que o Lago Sul também está na mesma vizinhança.